

ENTRE DIÁLOGOS E NARRATIVAS: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI/RS

NÍCOLAS ROLDAN NEUENFELD¹; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – nrneuenfeld@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – lucostoli@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido na Linha de Pesquisa de Teoria, História, Patrimônio e Crítica do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e está sendo desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira (NEAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da UFPel e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Um Centro Histórico é comumente a área mais antiga de uma cidade, sendo o ponto de partida para a expansão urbana e onde é possível identificar a sucessão de testemunhos de várias épocas e a evolução de uma sociedade. Segundo CHOAY (2001), o centro histórico de uma cidade é o espaço que simboliza a origem do núcleo urbano. Diante disso, pode-se dizer que as manifestações produzidas ao longo dos anos, neste espaço, referenciam a imagem e a identidade de seus moradores.

As políticas públicas de preservação do patrimônio surgem a partir da conscientização e sensibilização da comunidade, que juntamente com o poder público, devem promover ações que garantam a proteção de um bem, seja ele material ou imaterial.

Para tanto, a conscientização e a sensibilização da comunidade devem ser resultantes de um processo de patrimonialização, uma vez que contribui para a continuidade e valorização do bem pelas diversas gerações. De acordo com MENESES (2018), não há produto sem processo, nem processo sem produto.

Diante disso, esta pesquisa pauta-se no estudo de caso da cidade de Piratini/RS, tradicionalmente conhecida como a 1ª Capital Farroupilha, uma vez que foi sede da Guerra dos Farrapos (1835-1845) e que possui grande valor histórico e cultural dentro do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando um considerável conjunto arquitetônico característico das linguagens luso-brasileira e eclética. É uma das primeiras cidades que definiu e regularizou a ocupação dos seus centros históricos, tendo recebido o reconhecimento nacional na década de 1940.

Sendo assim, revela-se a seguinte pergunta: Como aconteceram os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como sucederam-se os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS, relacionando a apropriação da população piratiniense com o patrimônio propriamente tombado. Pretende-se assim, analisar as narrativas das instituições participantes nos processos de patrimonialização e as circunstâncias que garantiram a proteção de tais bens, bem como o diálogo e a satisfação da população em geral com o patrimônio salvaguardado.

A justificativa da escolha do tema sobrevém pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade de Piratini/RS, e

essencialmente as políticas de preservação, visto que há poucas pesquisas sobre o município e a maioria trata apenas da importância histórica e cultural dos bens tombados, não evidenciando outras questões que são fundamentais para o entendimento do assunto proposto. A motivação do pesquisador também é um fator importante para a justificativa da escolha do tema e do estudo de caso.

2. METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, considerando dados do contexto em que o objeto de estudo está inserido e as características da sociedade a que pertence. O método de abordagem investigativo ocorre por meio da técnica de pesquisa do estudo de caso, onde o intuito é produzir conhecimento a partir de um fenômeno específico, neste caso, os processos de patrimonialização e tendo como caso a cidade de Piratini/RS. A atuação do usuário na pesquisa verifica-se de forma participativa, uma vez que o autor reside no local pesquisado e observa os fenômenos a partir do compartilhamento das vivências dos sujeitos analisados.

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental resulta-se pela revisão de literatura e pelas publicações no campo do Patrimônio Cultural, discorrendo sobre as políticas de preservação dos bens materiais e imateriais, e também pelas publicações sobre o município de Piratini, incluindo documentos impressos, jornais, fotografias, entre outros documentos iconográficos. Em pesquisa de campo, são coletados dados a partir da visita em alguns bens edificados e pela técnica de pesquisa de entrevistas semi-estruturadas.

Metodologicamente, esta pesquisa baseia-se também em fontes primárias ainda não investigadas e disponíveis, em sua maior parte, em acervos públicos. Sendo assim, considerando a escassa bibliografia acerca do município de Piratini, o procedimento adotado consiste na investigação dos documentos guardados em arquivos pertencentes principalmente ao IPHAN, IPHAE e à Prefeitura Municipal de Piratini. Os documentos tratados nesta pesquisa foram sistematizados com base no paradigma indiciário de GINZBURG (1989), enaltecendo a necessidade de o pesquisador se atentar aos vestígios, detalhes e pistas impressas nas fontes e que podem ser melhor esclarecidas com o estudo do contexto em que se deu a sua produção.

Para uma melhor interpretação do ambiente urbano, o qual norteia um dos capítulos da dissertação, é realizado um exercício topoceptivo, seguindo as técnicas de análise visual em áreas de preservação cultural descritas por KOHLSDORF (1992). Ainda é elaborado um mapa mental pelo autor, identificando os elementos estruturadores da imagem da cidade concebidos por LYNCH (1974).

Na etapa da pesquisa, em que é investigado o diálogo da população piratinense com o patrimônio tombado, também é aplicada a técnica de mapas mentais, que se somam às entrevistas e possibilitam uma análise da interação e da satisfação dos municípios com os bens evidenciados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa encontra-se em uma etapa de atividades onde já foram coletados dados referentes ao tema e onde já foi realizada a revisão sistemática de literatura. Contudo, devido ao número de documentos, a análise de fontes primárias

continua sendo realizada. Os próximos passos do estudo incluem a aplicação do método dos mapas mentais e das entrevistas com a população piratiniense. Espera-se, que com o avançar da pesquisa seja possível atingir os objetivos propostos, contribuindo para o entendimento sobre os processos de patrimonialização ocorridos na cidade de Piratini/RS e como os cidadãos percebem estes processos e interagem com o patrimônio em salvaguarda.

Piratini é uma das cidades mais antigas do Estado do Rio Grande do Sul e assim como outras cidades também colonizadas por açorianos, que surgiram entre os séculos XVIII e XIX, revela na sua conformação uma série de semelhanças nos seus elementos urbanos, traçado, hierarquia de vias, quarteirão, lote.

As políticas de preservação em Piratini/RS tiveram início logo após os primeiros anos de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), refletindo a arquitetura oficial do Brasil prezada nos primeiros anos de trabalho da instituição.

Segundo SANT'ANNA (2017) p. 140, as cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasiliidade como forma de ser, viver e construir, e funcionavam, ainda, como testemunhos vivos desse momento, destinados a propiciar aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história.

Em 1938, o SPHAN começa a trocar correspondências com o município de Piratini/RS, para tratar sobre a proteção das edificações da Casa de Garibaldi e do Palácio do Governo Farroupilha, hoje conhecido como Museu Municipal Barbosa Lessa. Alguns anos mais tarde, em 1951, é iniciado o processo de tombamento do Quartel General Farroupilha, atual Museu Histórico Farroupilha.

Ao se referir às três edificações de Piratini, Lúcio Costa, um dos arquitetos integrantes do SPHAN, cita o fato de que preservavam as características originais da época, concordando com o tombamento histórico (MEIRA, 2008, p. 273). Além disso, os bens eram relacionados à Guerra dos Farrapos, fazendo jus à ideia da construção da identidade do povo gaúcho e ao recorte temporal proposto por Augusto Meyer, que além das residências dos generais farroupilhas, contemplava também as Missões Jesuítico-Guarani.

A ação federal de certa forma influenciou a Prefeitura Municipal de Piratini, que em 1955 promulga a Lei 76/1955, alterada pela Lei 10/1956 e amparada pela Lei 72/1957, onde várias edificações são tombadas pelo seu valor estético e histórico e onde dispõe sobre as alterações nas fachadas das casas existentes, reformas ou reconstruções na zona tombada. Ressalta-se, que os bens protegidos pelo município abrangeram diversas linguagens arquitetônicas, incluindo o ecletismo, considerado pelos críticos modernistas da época uma cópia de estilos, sem a atribuição de valores.

De acordo com MEIRA (2018) p. 21, no Rio Grande do Sul, a primeira legislação urbana que fez referência ao tema do patrimônio cultural edificado foi o Plano Diretor do Município de Piratini, nos anos 1950, elaborado pelo arquiteto Francisco Riopardense de Macedo, que delimitou o centro histórico.

Atualmente, o Centro Histórico de Piratini é amparado pela Esfera Federal, Estadual e Municipal, havendo três prédios com tombamento federal, quinze bens com tombamento estadual e trinta e uma edificações com tombamento municipal. E o município possui ainda aproximadamente cento e quarenta bens inventariados, entre a área urbana e a área rural.

4. CONCLUSÕES

As políticas de preservação do Centro Histórico de Piratini surgem simultaneamente com outras cidades brasileiras, a partir do tombamento federal, influenciado pelo discurso de proteção de bens com características provenientes do período colonial e, posteriormente, pela passagem da Guerra dos Farrapos no município, reforçando também a afirmação de identidade cultural. Nota-se, a importância destes processos para a preservação da ambiência e a paisagem urbana de Piratini, tendo uma área histórica na qual se mostra ainda bastante homogênea e com poucas descaracterizações, o que torna o patrimônio vivo e se perdura para as futuras gerações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Redes de arquivos IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223>> Acesso em 28 de abril de 2022.
- KHOLSDORF, Maria Elaine. **Técnicas de análise visual em áreas de preservação histórica e cultural**. Curso ministrado. Porto Alegre, 1992.
- LYNCH, Kevin. La imagen de la ciudad. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.
- MEIRA, Ana Lúcia G. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008. 483 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Retrospectiva das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no sul do Brasil. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de (org.). **Experimentações, políticas culturais e patrimônios**. Porto Alegre: EST Edições, 2018. cap. 1, p. 15-30.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Dicotomias no campo do Patrimônio Cultural. In: Patrimônio Cultural Brasileiro: abordagens, desafios, políticas, 1, 2018, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. [2018]. p1-p11.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. As práticas urbanísticas nas cidades do sul do RS: compreensão dos elementos urbanos. In: SOUZA, Célia Ferraz de (org.) **50 anos de Planejamento Urbano: uma história entre histórias**. Porto Alegre: Marcavisual, 2022. p. 39-63.